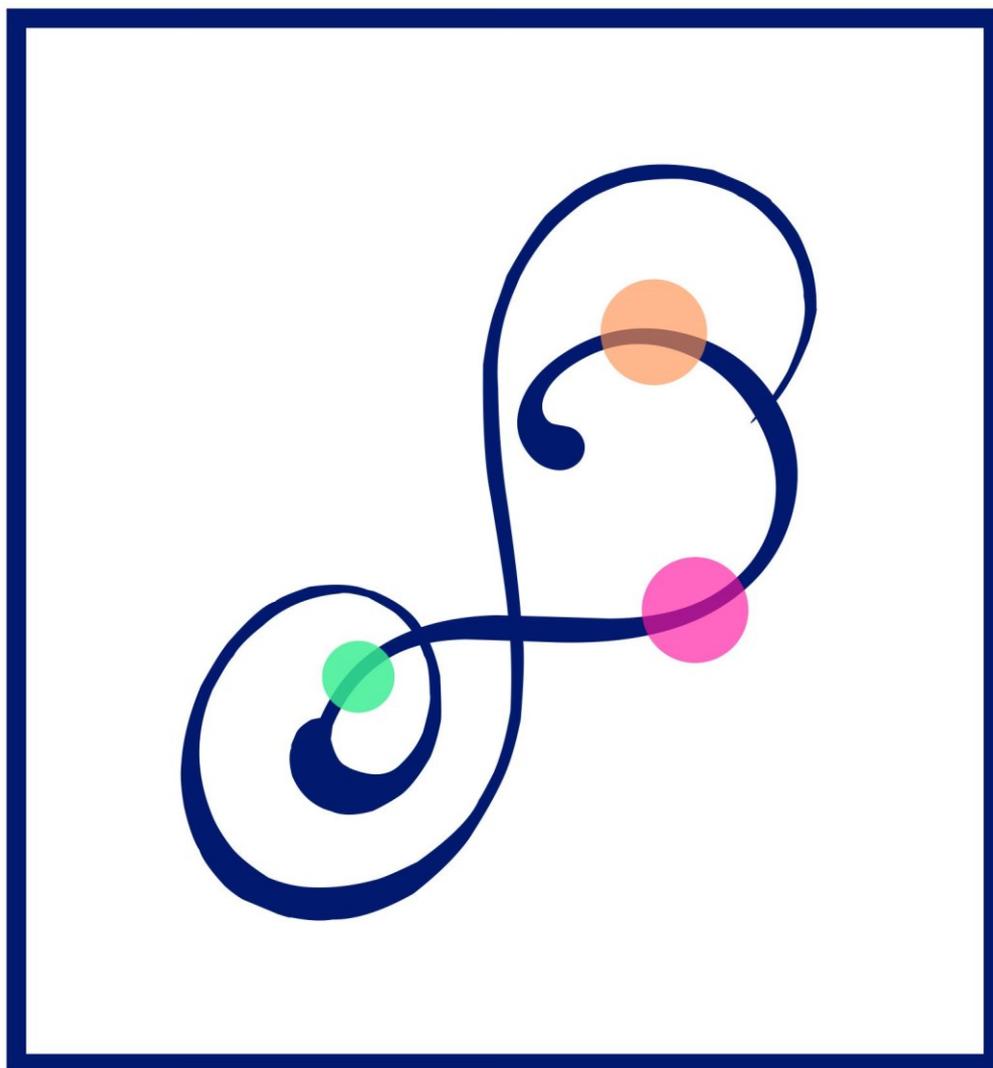


**ANAIS DO 1º SEMINÁRIO NACIONAL  
PRÁTICAS ESCOLARES E SABERES  
MATEMÁTICOS NAS ESCOLAS NORMAIS**



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
19 A 30 DE OUTUBRO**

**ISBN: 978-65-5973-017-9**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a Seminário Nacional Práticas Escolares e Saberes Matemáticos nas Escolas Normais (1. : 2020 : Porto Alegre, RS)

Anais [recurso eletrônico]. / organizadores : Maria Cecília Bueno Fischer, Leonardo Thomaz Sauter ; ilustrações : Nicolás Giovanni da Rosa. 3. ed. – Porto Alegre : UFRGS, 2020.

418 p. : il. [e-book]  
Modo de acesso: Internet.

ISBN: 978-65-5973-017-9

1. Educação matemática. 2. Formação de professores. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. II. Fischer, Maria Cecília Bueno. III. Sauter, Leonardo Thomaz. IV. Rosa, Nicolás Giovanni da. V. Título.

CDD: 510.7

Elaborada por Tania Rokohl - Bibliotecária - CRB10/2171

**O “MANUALE COMPLETO DEL MAESTRO ELEMENTARE ITALIANO” (1880)  
DE ILDEBRANDO BENCIVENNI E A ARITMÉTICA DO PROFESSOR PRIMÁRIO  
ITALIANO**

Delma Tânia Bertholdo<sup>1</sup>  
Cristina Cavalli Bertolucci<sup>2</sup>  
Andreia Dalcin<sup>3</sup>

**RESUMO**

Neste artigo, apresentamos um primeiro estudo sobre o *Manuale Completo del maestro elementare italiano*, de Ildebrando Bencivenni, datado de 1880 e produzido pela editora Tarizzo, na cidade de Turim, com 1.060 páginas. Este manual circulou pela Itália recém unificada (1860), constituindo-se como uma fonte orientadora e um instrumento didático para o professor primário italiano para o ensino da aritmética. O objetivo é apresentar uma primeira análise do manual, considerando a distribuição dos conteúdos e a abordagem dos conceitos aritméticos para o ensino primário italiano do final do século XIX em relação com a legislação. Para a análise, são considerados como elementos a materialidade, o conteúdo e o contexto de produção do manual. Nesse sentido, nos aproximamos das ideias de Ginzburg (1989) na perspectiva de buscar por indícios, sinais que revelem as intencionalidades do autor. Observou-se que o manual, de modo geral, atendia aos conteúdos programáticos de aritmética constantes no programa oficial vigente (Lei Casati de 1859). Além disso, orientava sobre a conduta dos professores, que deveriam seguir os preceitos éticos, morais e religiosos da época e considerar as condições locais, as aspirações dos seus alunos e os desejos das famílias. O manual apresentava a distribuição dos conteúdos por semana com os diversos tópicos correspondentes às diferentes disciplinas. Há evidências de que esse manual tenha sido muito utilizado pelos professores primários italianos sobretudo por conter, em um único volume, todos os conteúdos para as quatro classes da escola primária. Este trabalho possibilita a continuação para a análise dos conteúdos específicos de aritmética.

**Palavras-chave:** Professor primário. Formação de professores. Aritmética. Didática italiana.

## **1 INTRODUÇÃO**

Na Itália recém-unificada (1860), muitos eram os desafios para formar o “novo” italiano: ensinar uma nova língua, adaptar o país ao sistema métrico decimal e formar professores capacitados para atender à necessidade de reduzir o elevado índice de analfabetismo existente à época. A primeira ação governamental foi a Lei Casati em 1859, que instituiu a obrigatoriedade do ensino a partir de seis anos e com duração de dois anos. Os professores

---

<sup>1</sup> Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Contato: [tania.bertholdo@farroupilha.ifrs.edu.br](mailto:tania.bertholdo@farroupilha.ifrs.edu.br).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: [tinabertolucci@gmail.com](mailto:tinabertolucci@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: [andrea.dalcin@ufrgs.br](mailto:andrea.dalcin@ufrgs.br).

primários tinham sua formação na Escola Normal de três anos de duração e depois prestavam o exame para obtenção da licença (*patente*). Para fazer face à crescente demanda, muitos faziam a Escola Magistral em dois anos, de formação básica, e prestavam exame para a “*patentino*”, que os permitia lecionar em escolas primárias dos anos iniciais. Com formação didática insuficiente, geralmente adotavam um manual com todos conteúdos e instruções sobre as estratégias e recursos didáticos a serem utilizados.

Neste artigo, propomo-nos a apresentar e fazer uma primeira análise de um desses manuais, o “*Manuale Completo del maestro elementare italiano*”, de Ildebrando Bencivenni, que nos parece, pelos primeiros indícios oriundos de falas de pesquisadores italianos consultados em 2019, que foi muito utilizado pelos professores primários no final do século XIX. Entendemos ser, esse manual, um documento histórico valioso que muito tem a nos dizer sobre a cultura escolar italiana e a formação de professores que ensinavam matemática.

Os manuais escolares, livros didáticos ou livros de classe apresentam uma materialidade, um conteúdo educativo e um valor simbólico. Têm a função de transmitir o conhecimento produzido historicamente para as jovens gerações de modo a perpetuar saberes e práticas valorizadas por uma determinada sociedade em um dado contexto de tempo e espaço. Como afirma Choppin (2002),

[...] além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. (CHOPPIN, 2002, p. 14)

Enquanto instrumento pedagógico, os manuais propõem “métodos e técnicas de aprendizagem que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores” (CHOPPIN, 2002, p. 14). Nesse sentido, os manuais podem fornecer indicativos sobre as “práticas” e os “modos de fazer” (CERTEAU, 1994) de alunos e professores em sala de aula e possíveis subversões, ou não, dos autores em relação às orientações oficiais. Com essa perspectiva é que nos propomos a iniciar o processo de análise do “*Manuale Completo del maestro elementare italiano*”. Para tanto, aproximamo-nos das ideias de Guinzburg, no sentido de buscarmos por pistas, indícios e sinais que nos deem indicativos das intencionalidades do autor, considerando o conteúdo, a materialidade e contexto de produção do manual. Segundo Ginzburg, “as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-

las a partir dos efeitos” (GINZBURG, 1989, p. 169). Iniciamos com uma breve incursão sobre o contexto escolar e a Escola Normal após o processo de unificação da Itália, período ao qual nos detemos.

## **2 BREVE OLHAR SOBRE A ESCOLA NORMAL E O PROFESSOR PRIMÁRIO NA ITÁLIA DA UNIFICAÇÃO AO FIM DO SÉCULO XIX**

Para conhecer como era o ensino e o professor primário da Itália à época da sua unificação e nos decênios seguintes, é importante fazer uma leitura, mesmo que inicial, da situação escolar e da formação desse professor. Esta seção tem por função apresentar alguns elementos sobre a realidade escolar da Itália a partir da Lei Casati (1859), instituída na região de Piemonte antes da unificação italiana (1860), e que norteou por alguns anos a política escolar e a formação do professor, até a implantação do Programa Positivista em 1888 e a reforma da Escola Normal italiana em 1894.

Até a unificação, a Itália era formada por reinos independentes, com seus dialetos e seus próprios sistemas de medidas (não era o sistema métrico decimal). De uma forma geral, para ter a licença e tornar-se professor, ou seja, para obter a “patente”, era necessário demonstrar saber escrever uma carta de poucas linhas, proferir uma leitura em voz alta e clara e, para as classes superiores, ter conhecimento da gramática italiana, das quatro operações e do sistema métrico decimal, exemplo deste o Reino Sardo em 1829 (DI POL, 2005). Esse autor também relata que, entre os primeiros motivos para realizar uma reforma da escola nos reinos italianos em 1841, estava “a incapacidade e a ignorância dos professores, bem como os abusos de castigos violentos e o hábito de extorquir as famílias pedindo lenha para esquentar as salas de aula e a própria casa, ou, pior, os presentes, o que tornava as famílias ainda mais hostis à escola”<sup>4</sup> (DI POL, 2005, p. 44), além de subtrair a mão de obra das lavouras.

Já existia a escola nas então províncias, atualmente italianas, mas que, à época, pertenciam ao reino da rainha Maria Teresa da Áustria. Ela, em 1776, criou a escola para todos e os professores seguiam o método “normal”, ou seja, deveriam seguir exatamente as instruções do manual das normas didáticas do abade agostiniano Felbiger. Esse método previa “todas” as possibilidades de erro dos alunos e a sua devida correção, facilitando o trabalho do professor da época. Essa escola teresiana ficou conhecida como “Escola Normal”, pois preparava os

---

<sup>4</sup> As traduções dos artigos em italiano, bem como do *Manuale Completo del maestro elementare italiano*, foram feitas pelas autoras.

professores sobretudo a partir dos alunos saídos das escolas elementares. Esse método usava as classes separadas e as unidades de classes diferentes e progressivas para uniformizar a idade e a capacidade dos alunos (DI POL, 2005).

Antes de 1850, surgiram nos reinos da Itália, em contraste às escolas normais, as Escolas de Método. Estas proporcionavam ao futuro professor métodos que, fazendo-o seguir sobre as linhas previamente definidas, compensavam sua escassa ou nula formação. Eram cursos de pequena duração (de uma semana a dois meses), em que intelectuais liberais dispunham-se a lecionar nessas escolas de modo a “adestrarem” os futuros professores na metodologia didática. Assim, os professores “enchiam a cabeça de máximas pedagógicas e de prescrições didáticas” (DI POL, 2005, p. 51), levando a uma mecanização do futuro professor. Na aritmética, segundo Di Pol,

o futuro professor havia aprendido que para ensinar a contar se usava o ábaco colorido (“*pallottoliere*”): na criança habituada a contar de 1 a 10 no ábaco se forma o conceito que sem as bolinhas coloridas que o seduz e permanece gravada indelevelmente não se possa contar nem avançar além do 10 e do 100 porque outras quantidades além dessas não estão no ábaco colorido. Ficar somente no ábaco colorido, a moderna versão do ábaco, era como enviar o professor primário dois mil anos para trás, quase não fosse agregada por nós a moderna matemática árabe. (DI POL, 2005, p. 51-52)

Essa forma de aprender e ensinar perdurou por muitos anos na Itália, até que a Lei Casati, primeiramente proposta em 1859 no reino de Piemonte, foi tomada como modelo para a educação de toda a Itália recém-unificada no ano seguinte.

Essa Lei levou o nome do seu criador e propunha, pela primeira vez, a obrigatoriedade do ensino primário para alunos a partir de seis anos com duração de dois anos (a chamada classe elementar ou primária inferior) – o primeiro biênio ou primeiro grau – e aconteceria em todas as comunidades com no mínimo cinco alunos. As escolas eram pagas e sustentadas pelos “*comune*” (municípios), que pagavam inclusive os professores. O curso superior (segundo biênio ou segundo grau) era somente para municípios com mais de 4.000 habitantes e 50 inscritos na escola. Segundo essa Lei, “os professores deveriam ter no mínimo 18 anos (17 anos para professoras), permitindo os ‘sub-professores’ com idades mínimas de 16 para homens e 14 para mulheres” (DI POL, 2005, p. 45). Desse cenário, podemos inferir que a formação do professor era muito precária e os municípios italianos, mergulhados na pobreza e na agricultura arcaica, não suportariam o ônus de manter a escola pública. Como não havia penalizações previstas, muitos municípios não abriram as escolas e muitos pais preferiram não perder a mão-de-obra na agricultura.

Di Pol (2005) relata que, em 1860, primeiro ano da unificação, havia um milhão de alunos (menos da metade era do sexo feminino) com cerca de 28.000 professores (em grande maioria homens). Havia muita dificuldade para formar um professor porque, além dos desafios de conseguir alunos, havia a dificuldade da língua. O italiano foi adotado como língua oficial do novo país. No entanto, não era a língua comum e, sim, a língua da Toscana. Assim, o professor primário italiano deveria ensinar na língua italiana que ele mesmo, na maioria das vezes, não conhecia. Nessa época, para ser professor, bastavam alguns anos da escola elementar (ou escola primária, na tradução livre), um curso bienal ou trienal da escola normal e o exame para obter a licença (*patente*). Além disso, muitos candidatos a professores que fizeram a escola de métodos, mesmo não tendo cursado a escola normal ou magistral, podiam se apresentar para o exame da *patente*, sem garantias de uma formação adequada para a escola primária.

A Escola Normal italiana tinha a duração de três anos e revelou-se uma “etapa importante na história da emancipação feminina, do acesso das mulheres ao serviço público e à escola popular” (DE FORT, 1979, p. 150), pois era a única opção de estudo das mulheres de classe média. A licença da escola normal permitia ao professor/a lecionar em escola normal e em escola primária superior (segundo biênio), além de estar apto para outros cargos públicos. Em 1863 havia, no Reino da Itália, “64 escolas normais – 20 masculinas (com 868 alunos) e 21 femininas (com 1.717 alunas)” (DI POL, 2005, p. 53), que não eram suficientes para atender à necessidade urgente de formação de professores devido ao crescente aumento da demanda com a obrigatoriedade dos dois anos iniciais, a escola primária inferior. O número de professores homens contratados sempre foi superior ao de mulheres contratadas. Uma curiosidade é que a Aritmética era disciplina opcional nas escolas femininas, substituída por outras como corte e costura. A formação magistral “apressava” essa formação, sendo que, após dois anos de estudos na escola normal e com um exame, o candidato a professor poderia obter sua licença, a “*patentino*” para ministrar aulas no curso inferior (primeiro biênio ou primeiro grau) da escola primária. Esse professor aprendia os elementos mais simples e as noções mais elementares, atendendo à necessidade imediata para a educação em massa obrigatória nos dois primeiros anos de ensino primário, e dirigia-se sobretudo para as regiões mais distantes e zonas rurais (CATARSI, 1994).

A partir da unificação, as licenças femininas começaram a superar as licenças masculinas (CATARSI, 1994), refletindo, assim, ano a ano, na maior presença de mulheres contratadas como professoras primárias (sobretudo pela baixa remuneração e pela natural predisposição das mulheres ao ensino, segundo o mesmo autor).

Os índices de “analfabetismo italiano eram de 78% em fins de 1861, chegando a 90% nas regiões do meridional” (CATARSI, 1994, p. 9). A instrução do professor preparado pelas escolas normais e os programas das escolas primárias tinham por função principal ensinar a nova língua italiana, ainda fortemente atrelada ao ensino religioso, e o sistema métrico decimal.

Dessa primeira iniciativa governamental de 1860, de uma escola para o povo, os resultados mostraram-se escassos para combater o analfabetismo, que seguia elevado, além da anexação de mais duas regiões ao Reino da Itália: o Vêneto e Mantova (CATARSI, 1994). Assim, em 1867 foi aprovada uma adequação da lei anterior pelo destro laico ministro Coppino, que manteve a estrutura escolástica inalterada, mas simplificou muito os programas, de modo a “ênfatisar a oportunidade de que os alunos aprendam as quatro operações, eliminando de tudo as numerosas aprendizagens as quais se faziam referência” (CATARSI, 1994, p. 20). Destacam-se a omissão total ao ensino religioso, até então dominante no programa, direcionando o foco principal da escola primária para o ensino das quatro operações, e o estudo da língua italiana para fazer face à profusão de dialetos que ainda havia no país e à luta contra o analfabetismo. Com o magistério laico, desobrigado de ensino religioso, a Igreja sentiu-se contrariada e contribuiu para a hostilização da profissão, tornando o crescimento da escola normal feminina muito lenta e difícil (DI POL, 2005).

Dos esforços governamentais para formar professores, resultou que o percentual de 46,6% dos professores que não tinham a “patente” em 1862 reduziu, dez anos depois, para 21% dos professores primários em serviço (DI POL, 2005).

Em 1877, com o governo da Sinistra histórica no poder (até então era a Destra histórica<sup>5</sup>), foi instituída a lei que previa a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino até nove anos de idade, com sanções pecuniárias aos pais que não enviassem seus filhos às escolas. Na prática, a obrigatoriedade aumentou em um ano em relação à lei anterior. Essa alteração, segundo Catarsi (1994, p. 26), “não foi substancial porque a escola obrigatória continua fixada em curso de 3 anos suficiente apenas a uma insignificante aprendizagem de ler e escrever”. Priorizava a leitura, caligrafia, rudimentos de língua italiana, aritmética e o sistema métrico decimal, e as noções de deveres do homem e do cidadão, permanecendo o ensino religioso de fora do programa da escola primária e da formação do professor.

---

<sup>5</sup> A Destra histórica governou até 1876 e era composta de grandes latifundiários do sul e conservadores do mundo industrial, enquanto que a Sinistra histórica, que governou depois de 1876, correspondia ao grupo da jovem burguesia liberal produtiva (CATARSI, 1994).

Sobretudo no interior da Itália havia um único professor para atender a todos os alunos, com diferentes idades e necessidades. Como um professor de formação básica e, muitas vezes, oriundos da “escola de métodos”, podia elaborar uma aula para um grupo tão diversificado? Além dos baixos salários, estava longe dos centros urbanos e precisava comprar seus próprios livros e instruir-se para as diferentes necessidades dos alunos e das escolas.

Disso decorre a grande importância do livro de texto, ou manual, que servia de guia para o professor nas salas de aula, quer tivessem formação magistral ou normal, facilitando também o controle dos inspetores escolásticos sobre o que os professores ensinavam porque, até então eles eram livres para ensinar o que quisessem, da forma que lhes era mais conveniente e conforme seu conhecimento. Permitiu também uma primeira homogeneização da didática da escola italiana. E havia muitos livros porque também não se tinha controle sobre sua publicação – qualquer pessoa podia escrever um livro de texto escolar e oferecer diretamente aos prefeitos ou aos professores, atitude esta contrária aos objetivos de uniformização linguística preconizada pelos liberais italianos no poder.

As editoras escolásticas elaboravam catálogos com todos os livros publicados que poderiam ser utilizados na sala de aula. Um desses livros, motivo deste artigo, é justamente um manual que poderia ser utilizado como guia pelo professor da escola primária do reino da Itália. Seu maior apelo de venda era o fato de possuir todos os conteúdos dos programas num único livro, facilitando a vida do professor e evitando que gastasse muito dinheiro para sua formação e preparação de aulas. Esse manual foi amplamente usado nas escolas primárias italianas, segundo relato de pesquisador italiano<sup>6</sup> (relato esse que não será objeto deste trabalho).

Importante será conhecer os programas oficiais referentes ao ensino de aritmética vigente no período de análise deste estudo. No Quadro 1, apresentamos os conteúdos aritméticos para a escola primária e as instruções aos professores previstas na Lei Casati de 1859. No período de nosso estudo (até 1880, data de publicação do Manual), houve apenas uma reformulação nos programas, o de 1867, com simplificação dos conteúdos de aritmética pela redução dos conteúdos apresentados no Quadro 1. A reformulação programática efetiva da escola primária italiana ocorreu em 1888 e não será abordada neste artigo por ser posterior à data da obra estudada.

---

<sup>6</sup> Durante o trabalho de busca de material para a pesquisa de mestrado que versa sobre os primeiros livros didáticos que foram trazidos ao Rio Grande do Sul nos primeiros anos da imigração italiana, nos deparamos com este exemplar original do *Manuale* de I. Bencivenni no Museu da Educação da Universidade de Padova e, em conversa com a professora aposentada e fundadora do Museu, Doutora Patrizia Zamperlin, disse ter sido esse manual o verdadeiro programa ministrado às escolas primárias à época (1880).

Quadro 1 – Conteúdos programáticos de Aritmética e Instruções governamentais da Lei Casati (1859)

NÍVEL	PROGRAMA	INSTRUÇÕES
<b>Primeira classe. Seção inferior.</b>	Numeração, adição e subtração mental até 20, conhecimento e formação das cifras arábicas.	Não se deve fazer muito discurso para pontuar qual método de cognição de aritmética será usado nesta seção. O cálculo mental deverá ser feito sobre números concretos com a ajuda de ábacos ou de outros artefatos. A numeração será ensinada em voz alta do 1 ao 10, do 10 ao 20 e os alunos serão incentivados a fazerem adições e subtrações mentais com perguntas fáceis de modo a manter a curiosidade. Nesta seção o professor deverá ensinar a leitura dos números ao menos até 20 corretamente e claramente pronunciados.
<b>Primeira classe. Seção superior.</b>	Exercícios de cálculo mental sobre as quatro primeiras operações, exercícios por escrito sobre a numeração, adição e subtração até 100.	Os exercícios de cálculo mental serão até 100, o que não será difícil quando os alunos tiverem um conceito claro do progressivo aumento das dezenas de 20 a 30, 30 a 40, e assim por diante. Propor perguntas sobre coisas conhecidas e palpáveis, os quais podem ser resolvidos no ábaco, no quadro ou no caderno. Com a resposta, o professor mostrará o procedimento natural para chegar à solução e os procedimentos para chegar às soluções parecidas de perguntas da mesma natureza, mostrando como chegar a regra geral, sem, porém, entrar em explicações muito analíticas e superiores à idade do aluno.
<b>Segunda classe</b>	Continuação dos exercícios de cálculo mental; numeração, adição, subtração e multiplicação dos números inteiros e decimais; divisão de números inteiros nos quais o divisor não exceda duas casas; nomenclatura das medidas efetivas do sistema métrico.	As aulas de aritmética começam pela repetição de exercícios de cálculo mental e da adição e subtração por escrito. Isto feito, o professor apresentará a numeração dos decimais, e quando os alunos tiverem aprendido será proposto problemas de adição e subtração com números decimais, passando depois à multiplicação e divisão. Também na qualidade dos problemas o professor poderá dar provas de zelo educativo, procurando que estes não sejam sobre quantidades abstratas ou imaginárias, mas sobre objetos que são de uso comum na vida, de forma a clarear ou evidenciar o trabalho ou as normas de sábia economia, os méritos da caridade ou outros. As cifras do inteiro não ultrapassarão do milhão e dos milésimos nos decimais, para não causar confusão na cabeça do aluno. Ao dar a definição e as regras das operações da divisão, até duas casas, o professor deverá ser claro e preciso, perguntando repetidamente aos alunos se está bem entendido a fim de que os alunos possam resolver essa operação por reflexão e não por repetição ou ato de memória, percebendo a razão daquilo que fazem e que saibam aplicar a regra em qualquer caso. Se a instrução finaliza neste nível, o professor fechará o ensino da aritmética com a explicação dos conceitos geométricos básicos que são necessários para aprender o sistema métrico decimal, com a exposição prática no qual destinará um número conveniente de aulas. Os alunos que se preparam para a terceira classe, o ensinamento do sistema métrico pode restringir-se à nomenclatura simples das medidas efetivas, ou seja: o metro, o litro, o grama e as moedas legais, com seus múltiplos e submúltiplos.
<b>Terceira classe</b>	Repetição das operações ensinadas na segunda classe; ensino da divisão realizado sobre números inteiros e decimais; conversão das frações ordinárias em decimais; noções geométricas necessárias para a aprendizagem do sistema métrico decimal	O programa de aritmética desta classe não necessita de qualquer declaração, bastando que o professor faça uma justa ideia do que se entende por noções geométricas preparatórias ao estudo do sistema métrico, a fim de não exceder os limites do seu ensinamento com o perigo de não ser entendido. Se restringirá, portanto, a dizer o que é volume, superfície, linha, ponto; indicar as principais espécies de linhas, de ângulos e de polígonos; e a dar a nomenclatura do círculo sem pretender mostrar matematicamente alguns dos teoremas relacionados. A estes conceitos o professor acrescentará uma breve exposição do sistema métrico, ensinando os nomes das novas medidas e os valores de cada uma.

	e breve exposição do mesmo.	
<b>Quarta classe</b>	Repetição das noções ensinadas nas classes precedentes; aceno sobre proporções: suas propriedades fundamentais, regra de três simples; manter os livros relacionados à economia doméstica; repetição do sistema métrico e das noções geométricas relacionadas ao mesmo, medidas de área; desenho das principais figuras geométricas.	<p>As noções de aritmética dos alunos já adquiridas na Terceira classe se adiciona um aceno sobre as proporções a fim de, com a ajuda da regra de três simples, eles possam resolver muitos problemas que ocorrem nas contingências da vida. A manutenção dos livros de economia doméstica pode restringir-se àqueles que tratam a entrada e a saída diária, mensal e anual de uma família. Este exercício pode também aplicar-se às coisas domésticas e aos nomes aprendidos nos anos precedentes.</p> <p>As figuras nas quais os jovens devem aprender a medir a área e traçar o desenho são os triângulos, os quadriláteros e o círculo.</p> <p>Recorda-se aos professores da quarta e das classes anteriores que as matérias mais importantes do ensino primário são o catecismo e a história sagrada, a gramática e a composição italiana, a aritmética e o sistema métrico decimal. A estes devem ser dada a sua atenção e dedicar a maior parte do tempo da escola. As outras podem ser consideradas como argumentos de leitura e exercícios mnemônicos e como preparação aos mais aprofundados estudos que os jovens aplicarão nos estudos superiores.</p>

Fonte: adaptado de Catarsi (1994).

O programa de 1860 indica que o professor (literalmente masculino) deve ensinar no sentido de transmitir noções, reforçando as instruções ministeriais. O termo “aluno”, segundo estudos de análise léxica de Civra (2002), não é mencionado no programa e as palavras de maior ocorrência são catecismo, italiano e aritmética, nessa ordem. Cita, ainda, que as “regras e noções são a dura via com a qual o professor deve fazer entrar na cabeça dos jovens, através de exercícios, exercícios e exercícios” (p. 24 e 25), além das punições, que são contempladas no programa como um meio educativo permitido. Assim, conhecendo os métodos propostos oficialmente, foi possível analisar o *Manuale Completo del Maestro Elementare Italiano*.

### **3 “MANUALE COMPLETO DEL MAESTRO ELEMENTARE ITALIANO”, DE ILDEBRANDO BENCIVENNI (1880)**

A obra italiana *Manuale Completo del Maestro Elementare Italiano* (Manual completo do professor da escola primária italiana) foi escrita por Ildebrando Bencivenni, com a colaboração de todos os editores do jornal *Il Maestro Elementare Italiano* (O professor primário italiano). Trata-se da sua segunda edição, datada de 1880 e produzida pela editora Tarizzo na cidade de Turim, com 1.060 páginas. O manual, como ilustrado na Figura 1, era o material didático comumente seguido pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que

na Itália chama-se Escola Primária, antigamente Escola Elementar, referindo-se aos quatro primeiros anos<sup>7</sup> de escolarização.

Na contracapa, o manual identifica-se por apresentar escritas didáticas e pedagógicas, textos e poesias voltados para alunos das escolas primárias de ambos os sexos, além de temas, problemas, exercícios de língua italiana, de gramática e ditado, para cada ano escolar, organizados para cada semana, contendo textos segundo a lei e regulamentos em vigor. Ainda na contracapa, afirma-se ser uma obra indispensável, não somente aos professores, mas a todas as autoridades escolares, às prefeituras, aos diretores de escolas públicas e privadas, conforme a Figura 2.

Figura 1 – Obra original consultada



Fonte: Museu da Universidade de Pádova (acervo).

Figura 2 – Contracapa do manual



Fonte: Museu da Universidade de Pádova (acervo).

O capítulo introdutório é denso e aborda diversos temas relacionados à educação. Ao discutir sobre a tarefa do professor, destaca-se a dupla missão do profissional que, além de ensinar, deve orientar os estudantes sobre outras questões, como a construção de bases sólidas familiares, a formação de vínculos morais e quanto à vocação. Atenção especial é dada também à educação feminina, afirmando que “as meninas não necessitam aprofundarem-se na ciência, além daquilo que as torne educadas, boas, inteligentes e excelentes mães de família” (BENCIVENNI, 1880, p. 2). Afirma, ainda, que “A ciência deve parar em frente as meninas. Existem mistérios que somente a maternidade deve revelar. A menina cientista é uma perversão moral” (BENCIVENNI, 1880, p. 3).

<sup>7</sup> Atualmente a Escola Elementar na Itália possui cinco anos.

Ao questionar sobre quais são os propósitos da educação, enfatiza-se a intenção de melhorar a sociedade, fazer o homem inteligente, moral, instruído, assim como conduzir a mulher para o lugar que lhe convém, como filha, irmã, esposa e mãe. O autor enfatiza que, ao educar a mulher, se terá educado a família, enxergando a mulher como o termômetro da civilidade. Outro propósito da educação é “acrescentar e regular a faculdade do homem para aproximá-lo ao melhor grau possível de perfeição relativa, seja moralmente ou fisicamente, assim como habituar a mente a pensamentos móveis, aquecer o coração de afetos *sacrosanti*, restaurar o espírito, enriquecer a mente, revigorar o corpo” (BENCIVENNI, 1880, p. 5).

A introdução, com 192 páginas, também se divide em pequenos capítulos relacionados à educação, entre eles: o entendimento sobre a escola elementar; as atitudes esperadas do professor primário; o melhor modo de organizar uma escola elementar; as divisões da escola, a fim de manter ocupada simultaneamente as suas várias seções; esclarecimento sobre provas e registros escolares; orientações do que se entende por gramática, aritmética, geografia, leituras, educação física e ginástica nas escolas italianas. Também se aborda quem são as crianças; orientações à óculos para míopes; orienta a construção da escrita e apresenta brevemente o programa para cada ano escolar. Por fim, disserta-se sobre disciplina e castigos, o que é educar e a necessidade de se educar a mulher. A introdução finaliza com alguns conselhos pedagógicos aos professores.

O texto alerta aos leitores que a intenção do manual não é ditar regras, mas expor boas razões vindas de um longo estudo da experiência. “Quem for contrário a nós, e não aceitar ‘de boa’ as nossas reflexões, não acaba de amar e de considerar um pouco os esforços que fazemos para melhorar sempre mais a construção da instrução popular” (BENCIVENNI, 1880, p. 89). O autor afirma que temos programas de governo secos, rígidos e indefinidos e que atender a esses unicamente, aos olhos de um verdadeiro e bom professor, é um erro imperdoável. Nesse momento, é possível perceber, por parte do autor, uma crítica aos programas oficiais, o que nos dá indícios de que não havia consenso entre o que a legislação previa, o que o autor pensava e, provavelmente, o que acontecia nas salas de aula.

A partir dos temas tratados na introdução, tem-se uma ideia do quão denso é o manual. Como estamos interessados em conhecer a formação dos professores que ensinavam matemática no período da unificação italiana até o fim do século XIX, apresentaremos indícios relevantes da proposta didática italiana que permitam entender o contexto da escrita e da utilização desse manual.

Em relação ao entendimento sobre aritmética, o capítulo inicia colocando a pergunta: qual o propósito da aritmética na escola primária? A aritmética serve para fazer contas. E o que mais? O autor traz o conhecimento do homem do campo, que faz uma semente render outras 50, argumentando que ela vai além de uma ciência de fazer contas. Questiona também o que é matemática, afirmando que “é uma ciência que tem por objeto medir as grandezas e determinar as propriedades; é, como se pode entender, uma ciência toda positiva, nunca de fato ideal: quatro mais quatro são oito, com seu relativo porque” (BENCIVENNI, 1880, p. 26). Ou, ainda, em poucas palavras, “é a ciência que se ocupa de tudo o que é relativo a quantidades mensuráveis” (BENCIVENNI, 1880, p. 26).

O manual esclarece que as matemáticas dividem-se em puras e aplicadas, definindo as puras como as quantidades em geral e as aplicadas referindo-se a uma determinada quantidade, exemplificando as matemáticas puras como a aritmética, a álgebra, a geometria e as aplicadas como a mecânica, a astronomia, etc. A partir disso, destaca que a aritmética é somente uma parte das matemáticas: “aquela que precisamente há como objeto a formação dos números, a sua composição e decomposição e o estudo das suas propriedades (...). Em uma palavra, a aritmética é a ciência dos números” (BENCIVENNI, 1880, p. 27).

Ao questionar sobre o ensino da ciência, enfatiza que não se limita a ensinar o *modus tenendi* no desenvolvimento de uma operação: “é necessário voltar para sua origem, procurar as razões por trás do que se apresenta ao final, o porquê do porquê” (BENCIVENNI, 1880, p. 28). Dessa forma, a aritmética tem um duplo objetivo na escola, não servindo somente para operar sobre os números, mas favorecer o desenvolvimento do raciocínio, “reforçando as faculdades intelectuais, à [sic] buscar as verdades escondidas por meio de minuciosas análises, a fazer do estudante um ser pensante e que raciocina, em vez de uma máquina que opera em função da vontade dos outros” (BENCIVENNI, 1880, p. 28). Dessa forma, “a abordagem da aritmética deve sempre ser raciocinada, em relação ao grau de inteligência e de saber dos alunos que a estudam. Mas nunca a operação por si só, a fórmula seca, o teorema sem demonstração” (BENCIVENNI, 1880, p. 28). Em relação aos materiais a serem trabalhados no desenvolvimento das operações, fala-se que o ábaco pode ser “tolerado” somente no primeiro ano da escola. Depois disso, as operações devem ser acompanhadas de justificativas, em que o estudante deve compreender e expressar por que razão (ou como) aquela operação é feita.

O autor afirma que o programa de aritmética nas escolas primárias não é longo, nem oneroso, mas sabidamente organizado e graduado. Bencivenni (1880) lamenta o fato de que no segundo ano escolar seja omitida a operação da divisão de números inteiros. Em relação às

operações, indica-se que não se ensina a realizar uma operação sem mostrar com clareza o modo como aplicá-la.

O manual sugere que o professor desperte o hábito de pensar e a curiosidade dos estudantes, educando também “as suas forças, os seus corações, as suas mentes, para que esse esteja habituado a ‘mergulhar’ nos segredos da ciência, habituado a duvidar e a raciocinar” (BENCIVENNI, 1880, p. 28). Nesse sentido, quando a definição da aritmética estiver bem compreendida pelos estudantes, o professor pode iniciar a explicar as preliminares, a partir de exemplos práticos, adotando uma exposição que os estudantes escutem sem se entediar. Como sugestão, indica a possibilidade de se estabelecer uma espécie de competição, em que os estudantes devem tentar ganhar um do outro a partir das respostas dadas.

Ainda quando apresenta a aritmética, o autor reforça que “devemos ter sempre em mente o antigo significado da escola: seduzir para ensinar” (BENCIVENNI, 1880, p. 29). Nesse sentido, o estudante que está bem, “não se aperta”, pega gosto e participa, é contente. A nós, professores, custa pouco para contentar os alunos, vê-los sorridentes, com um olhar brilhante de contentamento, respostas prontas, cheios de vida e inteligência. O manual afirma, ainda, que quando o professor atinge esse objetivo, o ato de ensinar se dá de modo mais fácil e pleno.

O ensinamento teórico deve iniciar junto com o prático. O autor afirma que a tarefa de professores de terceiro e quarto anos é difícil, pois, normalmente, os alunos não tiveram a preparação necessária nos anos anteriores, sendo “lançados às cegas em uma estrada falsa e incompreensível” (BENCIVENNI, 1880, p. 180).

Na seção que apresenta conselhos pedagógicos aos professores, destaca-se que o ensino do professor não corresponde às necessidades comuns dos alunos, “precisa-se estudar as condições locais, as aspirações dos seus alunos, os desejos das famílias” (BENCIVENNI, 1880, p. 178). Os programas indicam o quanto devem ensinar, mas não impedem de aplicar os seus ensinamentos em relação à agricultura ou à indústria, em vez do comércio, por exemplo. Isso evidencia a flexibilidade dos temas a serem abordados em função dos interesses ou das necessidades do grupo. Sendo assim, uma vez que conhecer as necessidades gerais, o professor deve ter o cuidado de satisfazer e mostrar-se interessado pela prosperidade local. “Nesse sentido, procure fazer o seu ensinamento de modo prático e prazeroso, de não ensinar coisas que os estudantes não vejam a oportuna aplicação, de estimular o desejo deles em saber e de apaixonar-se à ocupação de um trabalho, como meio de seu crescimento moral” (BENCIVENNI, 1880, p. 178). Para tocar ainda mais o leitor, Bencivenni afirma que “Vocês estão diante de pequenos homens, devendo desenvolver harmonicamente todas as faculdades,

não somente a memória, formando homens que pensam e que sentem, se quiserem ser capazes de cumprir o seu dever” (BENCIVENNI, 1880, p. 178).

Para desenvolver os propósitos discutidos sobre a educação, enfatiza-se a necessidade de se ter uma relação direta com a família, tentando assim eliminar alguns ‘hábitos tristes’ dos alunos, estabelecendo novas normas de conduta. A ignorância e a pobreza das famílias não podem ser um obstáculo para essa relação. “Se vocês se mostrarem como pais, assegurarão o amor dos estudantes com o saber e a boa conduta, que de tempos em tempos informarão pessoalmente suas famílias, de modo que pais e mães sintam prazer em mandar os filhos à escola” (BENCIVENNI, 1880, p. 179). Nas palavras de Ettore Berni<sup>8</sup>

[...] a nós interessa dar à pátria homens que tenham coração, formando-se na escola e na família. É na escola e na família que orientamos o estudante a virtude, a moral e a justiça; essa é a tarefa mais importante de uma nação, é a verdadeira política, a verdadeira ciência econômica que pode transformar a pátria forte e respeitada. (BENCIVENNI, 1880, p. 89)

O manual também destaca que pai e mãe são professores nas suas casas, então devem educar. Educar com o exemplo, não somente com palavras.

Em relação ao ato de disciplinar, o manual sugere aos professores que “sejam pais amorosos, mas firmes quando educam os estudantes que lhes foram confiados, não abusando dos castigos, mas mantendo sempre a autoridade” (BENCIVENNI, 1880, p. 179). Quando for necessário aplicar algum castigo, atender aos prescritos no regulamento.

Em relação aos anos escolares, entende-se que, no primeiro ano, planta-se a semente. No segundo, cultiva-se. No terceiro, supervisiona-se o desenvolvimento e, no quarto ano, conduz-se ao amadurecimento. Nesse entendimento, um professor deve continuar de onde o outro tenha parado, com os mesmos meios, de modo que o aluno quase não perceba a mudança realizada. Tal recomendação é feita para todas as matérias.

O professor de escola primária não tem o simples objetivo de fazer com que seus alunos saibam: essa deve orientar para que saibam o porquê do que estão fazendo. “O objetivo do ensino primário é todo prático: sejam práticos os meios utilizados para obtê-lo” (BENCIVENNI, 1880, p. 92). Na medida em que realizam atividades, os alunos devem compreender a razão do que estão fazendo. Para tal, sugere-se habituá-los a narrar o que veem, a descrever coisas que acontecem, a refletir sobre fatos narrados pelos outros em voz alta.

---

<sup>8</sup> Autor de livros para escola.

Orienta-se que as narrações sejam organizadas, simples e próprias. Isso é recomendado fortemente a partir do segundo ano. “Quando habituar os estudantes a expor verbalmente os seus pensamentos, poderá solicitar que os escreva no papel. Para isso utilize o que seja interessante e prazeroso ao aluno” (BENCIVENNI, 1880, p. 90). Para um bom desenvolvimento da escrita, é necessário que exista um programa bem definido, traçando-se um caminho antes de percorrê-lo. Esse programa deve ser feito junto aos demais colegas.

As orientações sobre o desenvolvimento da escrita, como produção de texto e suas regras, são apresentadas e mais bem discutidas em relação àquelas matemáticas. O manual dedica um capítulo com muitas sugestões e orientações sobre o ensino da língua italiana. Sugere dar em mãos aos estudantes um livro escrito com estilo simples, que diga coisas bonitas e verdadeiras, com a intenção de formar um estudante de caráter doce, amante da ordem; um livro que trate argumentos familiares que toquem sua vida íntima, seus costumes e o mantenha em sua essência, amando a família, formando um pequeno homem doce, honesto e estudioso. Não precisa fazer grandes saltos, não precisa ocupar a mente dos estudantes com coisas muito sérias. A sugestão é que primeiro se avance com as ideias, depois com o registro da escrita.

No final da introdução, apresenta-se o que deve ser trabalhado em cada ano escolar (classe), restringindo-se a conhecimentos de língua e gramática. Quanto às correções, sugere-se fazê-las nos cadernos dos alunos, explicando-lhes o porquê da correção. Se der tempo, o professor deve verificar se o aluno fez a correção certa. Indica, em detalhes, como o professor pode otimizar o tempo em aula para fazer isso. No capítulo introdutório, observa-se uma longa e acurada orientação sobre compor um texto, o início da escrita e leitura, mas não encontramos esses detalhes para o desenvolvimento da matemática.

Em um primeiro olhar sobre como a aritmética é apresentada nos capítulos semanais, observa-se que iniciam sempre propondo perguntas orais, com problemas a serem resolvidos mentalmente junto com a turma, envolvendo números inteiros que vão aumentando conforme as semanas. Em seguida, apresentam-se os problemas formais a serem escritos e resolvidos pelos alunos. Os problemas vêm acompanhados da solução detalhada. Nos capítulos semanais, encontramos sempre orientações sobre como resolver os problemas, além do conteúdo a ser desenvolvido em aula. É importante destacar que a aritmética é sempre proposta a partir de situações-problema. Como conteúdos de aritmética encontramos cálculos, com as quatro operações dos números inteiros, enfatizando-se o desenvolvimento do cálculo mental, unidades de medidas, exercícios escritos sobre numeração, frações (e operações), proporções, regra de três, áreas e volumes.

Em síntese, percebemos que as orientações e conteúdos de matemática que constam no *Manuale Completo del maestro elementare italiano* vão ao encontro do previsto nas orientações oficiais. No entanto, para um maior detalhamento e averiguação de sutis ou significativas variações, é preciso avançar e aprofundar o que o manual prevê semana a semana.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este primeiro estudo sobre o *Manuale Completo del maestro elementare italiano*, de Ildebrando Bencivenni (1880), possibilitou-nos conhecer um pouco sobre o ensino primário italiano e a formação dos professores no período posterior à unificação italiana. Teve-se a intenção de descrever o contexto histórico em que o manual foi escrito, a fim de colaborar para a compreensão do porquê foi elaborado, assim como a importância da obra para aquela época.

O manual era o material didático comumente seguido pelos professores da escola primária. A obra aborda diversos temas relacionados à educação, descrevendo-os em pequenos capítulos, como o entendimento sobre a escola elementar, as atitudes esperadas do professor primário, o melhor modo de organizar uma escola elementar, esclarecimento sobre provas e registros escolares, orientações do que se entende por gramática, aritmética, geografia, leituras, educação física e ginástica nas escolas italianas. Por fim, disserta sobre disciplina e castigo e apresenta alguns conselhos pedagógicos aos professores. A obra também destaca a dupla missão na tarefa do professor que, além de ensinar, deve orientar os estudantes a outras questões, como a construção de bases sólidas familiares, a formação de vínculos morais e quanto à vocação.

A aritmética era apresentada nos capítulos semanais. Inicialmente, são sempre propostas perguntas orais, com problemas a serem resolvidos mentalmente junto com a turma, envolvendo números inteiros. Em seguida, apresentam-se problemas formais a serem escritos e resolvidos pelos alunos, sendo acompanhados de solução detalhada. Nos capítulos semanais, encontramos sempre orientações sobre como resolver os problemas, além do conteúdo a ser desenvolvido em aula. É interessante observar que a aritmética é sempre proposta a partir de situações problemas. Como conteúdo de aritmética, encontramos cálculos com as quatro operações dos números inteiros, enfatizando-se o desenvolvimento do cálculo mental, unidades de medidas, exercícios escritos sobre numeração, frações (e operações), proporções, regra de três, áreas e volumes.

O estudo não se esgota neste artigo, pois o manual apresenta semana a semana o que deveria ser ensinado com instruções específicas para o professor. O próximo passo é avançar nas análises desse documento, com o intuito de compreender a organização desse extenso programa e as ideias que balizaram as instruções aos professores na relação com as orientações governamentais e o contexto escolar e político italiano.

Não encontramos nenhuma publicação, até o momento, sobre este manual no quesito específico da análise da aritmética, apesar de seu autor ser conhecido pela produção de manuais escolares de uso das crianças e estar entre os “maiores expoentes da vida escolar e pedagógica italiana” (CHIOSSO, 2019, p. 20), o que nos faz crer que o *Manuale Completo del maestro elementare italiano* ainda seja um documento pouco consultado por historiadores da educação matemática, fato que nos motiva a dar continuidade ao estudo.

## **REFERÊNCIAS**

- BENCIVENNI, Ildebrando. **Manuale Completo del Maestro Elementare Italiano**. Torino: Tarizzo, 1880.
- CATARSI, Enzo. **Storia dei programmi della scuola elementare (1860-1985)**. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1994.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHIOSSO, Giorgio. A imprensa pedagógica e escolar na Itália entre o século XIX e XX. **Revista História da Educação**, v. 23, e84270, p. 1-52, 2019.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, Pelotas, UFPel, n. 11, p. 5-24, 2002.
- CIVRA, Marco. **I programmi della scuola elementare dall’Unità d’Italia al 2000**. Analizzati e commentati. Torino: M. Valerio, 2002.
- DE FORT, Ester. **Storia della scuola elementare in Italia**. Milano: Feltrinelli, 1979.
- DI POL, Redi Sante. **L’istruzione infantile in Italia**. Dal Risorgimento alla Riforma Moratti. Studi e documenti. Torino: M. Valerio, 2005.
- GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 2 ed.
- MUSEU DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PÁDOVA. [Acervo]. Localização: Universidade de Pádova, Pádova, Itália.